

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 15/12/2015

- [TST lança campanha para combater trabalho infantil e conscientizar a sociedade](#)
- [Brasil tem mais de 3 milhões de crianças trabalhando em condições degradantes](#)
- [Comissão debate estratégias para combater homicídio de jovens](#)
- [Registro de identidade biométrico protege crianças e adolescentes no Paraná](#)
- [Maranhão alcança 27 salas para escuta de crianças e adolescentes](#)
- [Em PE, corpo de menina de 5 anos é encontrado dentro de saco plástico](#)
- [CCJ pode ampliar pena de adulto que envolver menor em crimes](#)
- [CPI do Assassinato de Jovens irá ao Conselho Nacional do Ministério Público](#)
- [Estão abertas inscrições para curso online gratuito sobre Paternidade e Cuidado](#)

Assunto: TST lança campanha para combater trabalho infantil e conscientizar a sociedade

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 15/12/2015



O Tribunal Superior do Trabalho (TST) lançou hoje (14) uma campanha para conscientizar a sociedade para a existência do trabalho infantil no Brasil e os problemas causados pela situação de mais de 3,3 milhões de crianças e jovens entre cinco e 17 anos, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Foram criados seis vídeos e spots que serão veiculados em rede nacional de rádio e televisão, redes sociais e cinemas da rede Cinemark. Um dos vídeos alerta para o trabalho infantil nas carvoarias, mostrando um brinquedo dentro de um saco de carvão usado em um churrasco. Na visão do tribunal, o trabalho com carvão, junto com o trabalho em lixões e o trabalho doméstico, constitui uma das piores formas de trabalho infantil encontradas no Brasil. Brasil.

A ministra do TST Kátia Magalhães Arruda, uma das gestoras nacionais do Programa de Combate ao Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho, destacou o número de autorizações judiciais concedidas para o trabalho a partir dos nove anos de idade. Em 2011, foram concedidas 3.134 autorizações. Entre 2005 e 2010, foram 30 mil.

“Fundamentos jurídicos de proteção não nos faltam, pois temos convenções internacionais, a CLT, as garantias constitucionais e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Não estamos tratando do que está no papel, mas do que é realizado efetivamente no Brasil”, disse a ministra ao site do TST.

No universo de crianças exploradas, 49,8% estão na zona rural e 50,2% na zona urbana. Para Kátia, o trabalho escravo, a exploração sexual e as atividades ilícitas – como tráfico de drogas – estão entre as formas mais graves de trabalho infantil. Ela também lembra de trabalhos no lixo, em pedreiras, carvoarias, trabalho doméstico e indústrias do tabaco.

Assunto: Brasil tem mais de 3 milhões de crianças trabalhando em condições degradantes

Fonte: Portal Andi

Data: 15/12/2015



Trabalho Infantil – você não vê, mas existe. Este é o tema da campanha nacional lançada nesta segunda-feira (14), pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), para combater a exploração de meninos e meninas. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que mais de 3 milhões de crianças, entre 5 e 7 anos de idade, trabalham no Brasil. Outros 70 mil têm, no máximo, 9 anos. Além de receberem baixos salários, uma em cada quatro crianças deixa a escola e muitas trabalham em condições degradantes. Em cinco anos, foram registrados mais de 12 mil acidentes de trabalho envolvendo menores. Entre os motivos para a ocorrência do trabalho infantil estão a pobreza, a desigualdade social, a baixa escolaridade e a cultura da exploração. O presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Rodrigo Torres, afirma que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trouxe avanços, mas reconhece que ainda há muito o que melhorar. De acordo com o Tribunal, apesar da proteção dedicada às crianças pela Constituição Federal e pelo ECA, ainda existem muitas autorizações judiciais de trabalho concedidas a meninos e meninas, a partir dos 9 anos de idade. Entre 2005 e 2010, foram 30 mil. As principais formas de trabalho infantil são o trabalho escravo; a exploração sexual; a destinação para atividades ilícitas, como tráfico de drogas, e trabalhos que oferecem risco à saúde – no lixo, nas pedreiras, no carvão e nas indústrias do tabaco. Do total de crianças exploradas, pouco mais da metade está na zona urbana. Dessas, 61% não recebem salário fixo e 90% sofrem prejuízos escolares.

Assunto: Comissão debate estratégias para combater homicídio de jovens

Fonte: Agência Câmara

Data: 15/12/2015



A Comissão Especial de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens (PL 2438/15) realiza audiência pública hoje com representantes dos movimentos jovens dos partidos políticos com representação na Câmara dos Deputados.

A reunião foi pedida pelo deputado Bacelar (PTN-BA), que lembrou que os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil e atingem especialmente jovens do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos.

Para o deputado, é importante ouvir os jovens para saber como enfrentar o problema da violência. “Quais os problemas enfrentados na juventude brasileira? Como os representantes dos partidos estão se mobilizando contra o extermínio de jovens? Juntos podemos construir novas políticas públicas”, afirmou Bacelar.

A audiência está marcada para 14 horas, no plenário 9.

Assunto: Registro de identidade biométrico protege crianças e adolescentes no Paraná

Fonte: CNJ

Data: 15/12/2015



Garantir documento de cidadania a todas as crianças por meio da expedição de um registro de identidade biométrico é o foco do projeto “Crianças e Adolescentes Protegidos”, vencedor do Prêmio Inovare 2015 na categoria Tribunal. Implantado em 2014 pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), o projeto visa coletar as impressões digitais e emitir carteiras de identidade para todas as crianças nascidas no Paraná. Além da garantia cidadã, o registro biométrico

facilita a localização de crianças e adolescentes em caso de desaparecimento ou sequestro.

Na maioria dos casos, o fato de os pais só possuírem a certidão de nascimento e registro fotográfico dos filhos desaparecidos dificulta a localização por parte da polícia ao longo do tempo. “Com o registro biométrico, a polícia pode emitir alertas para o serviço de emissão de passaporte, a Polícia Federal e as demais autoridades competentes e impedir que essa criança saia do país. A criança com registro biométrico tem mais chance de ser localizada do que aquela que só tem a certidão de nascimento”, explica a idealizadora do projeto, desembargadora Lídia Maejima, presidente da 4ª Câmara Criminal do TJPR.

Inicialmente, o “Crianças e Adolescentes Protegidos” foi lançado como projeto piloto nas cidades de Maringá, Londrina e Ibiporã, em parceria com as respectivas prefeituras municipais e com o Instituto Estadual de Identificação. O projeto visitou escolas e iniciou o processo de cadastramento nessas cidades. A aceitação à iniciativa por parte da sociedade fez com que o governo estadual firmasse parceria com o TJPR visando ampliar a ação para todo o Paraná, com a edição de um decreto governamental instituindo o projeto em âmbito estadual. A parceria envolve seis secretarias de Estado e as quatro universidades estaduais paranaenses.

O processo de ampliação está em fase de estudo e ainda não tem data para iniciar, mas a previsão do TJPR é de que, somente nas escolas de ensino médio, cerca de 1,2 milhão de adolescentes sejam beneficiados.

Maternidade – Com as parcerias, o projeto passou a ter metas ousadas, como a de fazer com que todas as crianças nascidas nas maternidades de Londrina, Cascavel, Maringá e Ponta Grossa já saiam da maternidade com o registro de identidade biométrico. “Nessas cidades, há cursos de Medicina das universidades estaduais (universidades de Londrina, Oeste do Paraná,

Maringá e Ponta Grossa) e será possível fazer os registros antes do bebê sair da maternidade”, esclarece a desembargadora Lídia Maejima.

Para a magistrada, o projeto vai trazer vários benefícios futuros para toda a sociedade. “A identidade com registro biométrico é, inicialmente, um benefício para crianças e adolescentes que, no futuro, vai proteger todos os cidadãos, já que todos passarão a ter o registro. A localização de adultos desaparecidos, por exemplo, será mais exitosa”, conclui. Segundo Lídia, o governo do Paraná já manifestou interesse em usar futuramente o registro biométrico até mesmo no controle da evasão escolar.

Histórico - A idealizadora do “Crianças e Adolescentes Protegidos” já atua na área há mais de 20 anos. Em 1991, a desembargadora criou o projeto “Impressões Digitais – Combate à Impunidade”, que deu origem a projetos de lei apresentados no Congresso Nacional buscando o registro único no país. Em 1996, o então senador Pedro Simon (PMDB/RS) apresentou o projeto final que deu origem à Lei Federal 9.454/97, que institui o Registro de Identidade Civil no Brasil. No entanto, a lei, que ainda aguarda regulamentação pelo governo federal, não dispõe sobre biometria.

Innovare - Criado em 2004, o Prêmio Innovare é considerado a mais importante premiação da Justiça brasileira. Em 12 anos, foram cerca de cinco mil práticas inscritas e mais de 150 dessas premiadas. A realização é do Instituto Innovare, da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, da Associação de Magistrados Brasileiros, da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Nacional dos Procuradores da República e da Associação Nacional dos magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), com o apoio do Grupo Globo.

Assunto: Maranhão alcança 27 salas para escuta de crianças e adolescentes

Fonte: CNJ

Data: 15/12/2015



Sete novas salas de depoimento especial para a escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência foram entregues na sexta-feira (11/12), pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire. Nelas, serão atendidos casos de natureza sexual, física e psicológica em processos judiciais. Com a ativação, sobe para 27 o número de salas de depoimento no estado.



Os espaços possuem equipamentos audiovisuais, interligados a uma sala de audiência, onde estão presentes juiz, promotor, advogados e partes do processo. Nas salas, o menor é recebido 30 minutos antes da audiência. A sessão é conduzida por profissional competente (psicólogo ou assistente social). Os equipamentos permitem que outros possam ver, ouvir e fazer perguntas ao facilitador. Após o depoimento, o juiz decide sobre o andamento do processo e as implicações para as partes.

Para a presidente do TJMA, o estado avança com a instalação das salas. “Cada espaço representa a preocupação do Tribunal de Justiça e a proteção à criança ou adolescente que precisa comparecer à Justiça como vítima ou testemunha de violência”, frisou.

“É um método que leva em conta as limitações da criança e o seu grau de compreensão dos fatos. No depoimento especial, ao contrário do método tradicional, evita-se a revitimização da criança, sem expô-la a constrangimentos no momento da audiência, que é feita por profissionais habilitados”, ressaltou o desembargador Jamil Gedeon, responsável pela Coordenadoria da Infância e Juventude da corte maranhense.

Capacitação - No estado, o primeiro espaço especializado foi instalado em 2008, no Fórum de Coelho Neto, antes da recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2010. A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) capacitou mais 80 servidores que atuam na coleta de depoimento de crianças e adolescentes. Os participantes foram indicados pelos juízes das comarcas que já possuem salas de depoimento especial. No início de junho, 24 magistrados foram capacitados para aplicar o método.

A implantação das salas cumpre a Resolução 33/2010 do CNJ, que recomendou a criação de serviço especializado na oitiva de menores de idade, vítimas ou testemunhas de crimes, no

qual a palavra da criança e do adolescente é valorizada na produção de provas testemunhais para a responsabilização dos agressores. A iniciativa foi uma das que levou o Conselho a premiar o TJMA com o Selo Infância e Juventude, na Categoria Bronze, pelas boas práticas na promoção dos direitos da criança e adolescente.

Assunto: Em PE, corpo de menina de 5 anos é encontrado dentro de saco plástico

Fonte: Portal G1 PE

Data: 15/12/2015



Segundo PM, tem sangue espalhado pela casa do suposto autor do crime. Corpo estava abandonado em matagal.

O corpo de uma criança de cinco anos de idade foi encontrado na manhã desta terça-feira (15) dentro de um saco plástico abandonado em um matagal no bairro Incop em Belém do São Francisco, no Sertão pernambucano. A população localizou a vítima e chamou a Polícia Militar. A criança tinha marcas de violência.

Segundo o hospital da cidade, a menina foi morta com várias perfurações, mas não foi confirmada se os ferimentos foram causados por faca. Um homem suspeito de ter estuprado e matado a criança já está preso. O corpo da menina estava próximo à casa dele. Segundo a Polícia Militar, tem sangue espalhado por toda a residência do suposto autor do crime.

A família da garota tinha dado pela sua falta desde às 18h da segunda-feira (14). Até um carro de som foi colocado à disposição para tentar encontrar a menina, mas sem êxito. A população tentou linchar o suspeito e a família e eles estão protegidos por equipes da Polícia Militar, para evitar violência. O corpo da menina será encaminhado para o Instituto de Medicina Legal (IML) de Petrolina, também no Sertão.

Assunto: CCJ pode ampliar pena de adulto que envolver menor em crimes

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 15/12/2015



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode aprovar, nesta terça-feira (15), projeto de lei (PLS 358/2015) do senador Raimundo Lira (PMDB-PB) que modifica o Código Penal (CP) para tornar mais rigorosa a punição de quem se aproveitar de criança ou adolescente para cometer crimes. A proposta recebeu parecer favorável do relator, senador Jader Barbalho (PMDB-PA), e terá decisão terminativa, seguindo então para a Câmara.

O texto estabelece que responderá por crime praticado por menor de 18 anos quem coagir, instigar, induzir, auxiliar, determinar ou, por qualquer meio, incentivar o delito. A pena será aumentada, nestas circunstâncias, da metade a dois terços. A outra amplia a pena — de até a metade para da metade até o dobro — no caso de associação criminosa que envolva o uso de armas ou conte com a participação de criança ou adolescente.

O PLS 358/2015 também modifica a Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990) para enquadrar aí o crime que envolva a cooptação de menores de idade por adultos para sua prática. E, por fim, revoga dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que tipifica a corrupção de menores. O autor do projeto justificou a revogação do tipo penal por entender que ele contribuía para livrar a punição de adultos que se valessem de menores já reincidentes para cometer crimes.

Os argumentos usados pelo autor convenceram o relator a recomendar a aprovação da proposta.

“A proposição inequivocamente aperfeiçoa a legislação penal, avançando no problema da criminalidade juvenil, sem, contudo, violar o preceito da inimputabilidade do menor de 18 anos. Do nosso ponto de vista, quem corrompe o menor, induzindo-o a praticar crime, deve responder não pela corrupção em si, mas pela conduta ilícita efetivamente praticada, inclusive sofrendo os gravames previstos na Lei de Crimes Hediondos, se for o caso”, considerou Jader Barbalho no parecer.

Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, o PLS 358/2015 será encaminhado, em seguida, para a Câmara dos Deputados.

Assunto: CPI do Assassinato de Jovens irá ao Conselho Nacional do Ministério Público

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 15/12/2015



Os integrantes da CPI do Assassinato de Jovens realizam na quarta-feira (16) audiência externa com os conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e especialistas em violência e direitos humanos.

Serão ouvidos o presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, Fábio George Cruz da Nóbrega; o presidente da Comissão de Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública, Esdras Dantas de Souza, e o presidente da Comissão do Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial, Antônio Duarte, todos conselheiros do CNMP.

Também participam da discussão os professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Ignácio Cano, Michel Misse e Luiz Eduardo Soares, a representante da Anistia Internacional, Renata Neder, e a coordenadora de projetos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Olaya Hanashiro.

A audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800 61 22 11.

O debate está marcado para 14h, no Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público.

Assunto: Estão abertas inscrições para curso online gratuito sobre Paternidade e Cuidado

Fonte: Rede Nacional Primeira Infância

Data: 15/12/2015



Estão abertas as inscrições para o curso **Envolvimento dos Homens: Saúde + Paternidade e Cuidado**, elaborado pela Coordenação Nacional de Saúde do Homem em parceria com o Instituto Promundo e Comunidade de Práticas. O curso é gratuito, aberto ao público e online, com carga horária de 60 horas.

O objetivo é discutir questões relacionadas ao exercício da paternidade e do cuidado como gênero, sexualidade, diversidade sexual, masculinidades e violência, com foco na área da saúde, além de entrar em contato com alguns conceitos e debates que contribuam para sua prática nos serviços de saúde e que ajudem a olhar para o cotidiano com atenção especial para envolver homens nas práticas de saúde e de cuidado. O curso é importante estratégia para o fortalecimento da **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem – PNAISH**.

Para fazer sua inscrição, siga as etapas abaixo:

1. Acesse a página da Comunidade de Práticas;
2. Faça registro ou login
3. Clique no menu CURSOS localizado na parte superior da página;
4. Localize o curso “Promoção do Envolvimento dos Homens na Paternidade e no Cuidado” e faça sua inscrição;
5. Pronto! Agora é só acessar o conteúdo do curso, se qualificar e trocar experiência no campo da Paternidade e Cuidado!!!